

OS SUBÚRBIOS (N)A CIDADE ENTRE TRAMAS E TENSÕES

Karla Torquato dos Anjos *

Resumo: Este trabalho se apresenta como uma contribuição ao estudo da formação das áreas suburbanas de Fortaleza, durante o processo de urbanização pelo qual passava a cidade durante a seca que assolou a região do Ceará entre os anos de 1877 e 1879. Nossa atenção se dirigiu para tudo que demonstrasse a relatividade da concretização dos anseios, desejos e ordens empreendidas pelos administradores urbanos nesse conturbado período. Assim, avaliamos como o subúrbio esteve sempre em contato com a cidade e ligado a ela tanto através da contínua circulação dos retirantes pelos diversos espaços da urbe, apesar da fiscalização do governo, como também pela própria ocupação que os pobres urbanos faziam dela, aproveitando-se ora dos espaços destinados aos retirantes, como os abarracamentos, ora dos espaços por eles habitados antes mesmo da seca.

Palavras-chave: História – Cidade - Salubridade

Abstract: This work is presented as a contribution to the study of the formation of the suburban areas of Fortaleza, in the urbanization process by which the city was during the drought that struck the region of Ceará between the years 1877 and 1879. Our attention is directed to all to show the relativity of achieving the desires, wishes and orders taken by municipal administrators that troubled period. Thus, we evaluated how the suburb was always in contact with the city and connected to it either through retirantes continuous movement of the various spaces of the city, despite the government's supervision, but also by the occupation that the urban poor did it, and enjoy the if either of spaces for immigrants, such as housing and sometimes the spaces they inhabited even before the drought.

Keywords: History - City – Health

Ao analisarmos o processo de ordenamento do espaço urbano de Fortaleza durante meados do século XIX, nos deparamos com questões como o surgimento de uma crescente preocupação em relação à salubridade pública aliada a tentativas de implementação de um ideal de cidade que apontava para uma divisão do espaço urbano entre centro e subúrbio. Percebemos, ainda, que esse processo se estabeleceu de forma mais sistemática a partir da seca de 1877 a 1879, pois notamos durante esse período o aparecimento de uma série de fenômenos que pareciam influenciar grandemente esse processo, tais como a intensa migração em direção à Fortaleza, o aumento populacional ocasionado por conta disso, resultando em grandes aglomerações de indivíduos fracos e doentes na cidade, aumentando assim a probabilidade de desenvolvimentos de epidemias, como a grande epidemia de varíola que acabou ocorrendo na capital no ano de 1878.

Esses fatores foram fortemente utilizados para legitimar a uma série de intervenções urbanas por parte dos poderes públicos no sentido de tirar da cidade tudo aquilo que eles viam como uma ameaça à salubridade, estabelecendo-se, assim, uma política de construção de diversos abarracamentos nos subúrbios para abrigar os retirantes¹ que chegavam à Fortaleza. Nesse sentido, desenvolvemos nossa pesquisa, procurando analisar como se deram as diversas tentativas de promover uma organização urbana que nos parecia motivada pela seca, orientada pela preocupação com a salubridade e que se mostrava propícia à formação e ocupação mais sistemática das áreas suburbanas da capital.

Porém, para além dos desejos e tentativas de estabelecer uma organização dos espaços da cidade durante esse agitado período, visando a construção de lugares apropriados para isolar os retirantes e separá-los do espaço urbano ocupado por seus moradores, encontramos nas práticas do dia a dia, um cotidiano que nem sempre se assemelhava ao ideal sonhado, ao desejo, e que muitas vezes insistia em contrariá-lo por ser sempre mais complexo e heterogêneo que o sonho. Examinamos então como os espaços instituídos para receber os imigrantes, retirando-os da Cidade, permitiam brechas, comunicações, e eram na verdade muito mais porosos do que queriam aqueles que os criaram. Pois, como observa Durval Muniz,

Os espaços são reticulados de práticas, são redes de ações, são construídos ponto a ponto, como num bordado, por atividades humanas das mais variadas naturezas: técnicas, jurídicas, econômicas, religiosas, estéticas, filosóficas, literárias, políticas. Os espaços são tramas que são tecidas em meio a um emaranhado de práticas em que está investido saberes e que implicam jogos de poder. (ALBUQUERQUE, 2005:1)

O espaço não é formado apenas por uma superfície empírica que a nós se impõe. Antes, ele se constrói na relação entre a norma e o vivido, entre o sentido visado e o sentido produzido, onde podem insinuar-se reformulações e deturpações. Assim, direcionamos nossa análise para o que nas fontes nos pareciam brechas através das quais era possível perceber o que havia para além das ordens e que apontavam a impossibilidade de efetivação total ou satisfatória das mesmas, tornando evidente outras formas através das quais aquilo que era ordenado acabava sendo praticado, que muitas vezes não correspondia às expectativas, gerando então as diversas reclamações que encontramos em meio ao conjunto de fontes

* Universidade Estadual do Ceará. Mestranda em História. Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

analisado. Portanto, trabalhamos neste artigo aquelas práticas que no cotidiano negavam as diversas tentativas de instituir uma ordem, uma delimitação que estabelecesse de fato uma separação entre os espaços da Cidade e do Subúrbio, um barreira capaz de manter isolados, uns dos outros, retirantes e cidadãos.

Assim, à medida que o fluxo migratório em direção à Fortaleza foi se tornando mais intenso, a presença ostensiva dos retirantes no espaço urbano passou a promover uma certa inquietação entre a população local. A circulação de inúmeros indigentes pelas praças e ruas da Cidade chamou a atenção do repórter fluminense José do Patrocínio, levando-o a escrever sobre isso em um dos artigos que publicou no jornal *Gazeta de Notícias*² do Rio de Janeiro a propósito dos efeitos da seca do Ceará sobre a capital da Província, no qual ele faz uma exposição detalhada acerca da movimentação do povo em Fortaleza.

Desde o romper do dia até nove e dez horas da noite as ruas e praças de Fortaleza são extraordinariamente freqüentadas.

Na praça da Assembléia, sob as cinco fileiras de árvores frondosas, estacionam mais de duas mil pessoas; na do Ferreira, igualmente arborizada, cêrca de mil.

Reina aí um burburinho constante, que é de vez em quando aumentado pelo gaguejar do apito policial, e as correrias e gritos da multidão, que epiloga estas perturbações do seu estado normal soltando grandes assovios.

As ruas são também grandemente transitadas, e em algumas horas a cidade iguala-se em movimento popular aos grandes centros comerciais.

Que diferença, entretanto, nas fisionomias, na musculatura, no traje dos transeuntes! (*Gazeta de Notícias*, 23.07.1878. Apud. CAMARA, 1970:117)

Ao comparar o movimento popular nas ruas da capital ao fluxo presente nos “grandes centros comerciais”, o jornalista cuida logo em estabelecer uma ressalva referente à imagem dos retirantes, a qual não se assemelhava nem um pouco ao luxo e elegância associados aos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo, a descrição da ocupação diária das praças da cidade por um número de pessoas fora do comum é, prontamente, relacionada à perturbação da ordem. Desse modo, sob o ponto de vista da população urbana e suas autoridades, a necessidade que começa a se formar neste instante é a de manter os retirantes fora de um limite de contato, longe dos espaços públicos freqüentados principalmente pelas elites da capital. Assim, controlar o movimento dos retirantes, impedir sua livre circulação

¹ Termo usado para designar vários tipos de indivíduos que se apresentavam nas cidades, principalmente durante os períodos de seca, como dependentes da filantropia estatal. Entre eles haviam os despossuídos vindos do centro da Província, os indigentes, os proprietários sem safra e os comerciantes falidos.

² Periódico publicado no Rio de Janeiro, fundado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, circulou a partir de Agosto de 1875. Inovador em seu tempo, abriu espaço para a literatura (que publicava em folhetins) e debatia os grandes temas nacionais. Anti-monarquista e abolicionista, foi em suas páginas que José do Patrocínio (sob o pseudônimo de “Prudhome”) iniciou a sua campanha pela Abolição (1879). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gazeta_de_Not%C3%ADcias>>. Acesso em 02.03.2008.

pelo espaço urbano, torna-se a principal medida a ser implementada pelo governo provincial desde então.

Nesse sentido, a primeira tentativa de manter um controle sobre os retirantes teve por orientação, segundo Neves (2000), o esquadramento de suas condições de moradia. Os acampamentos, estabelecidos espontaneamente pelas levas de famílias que chegavam do interior, foram divididos em “distritos”³, cada um com seu comissário e seu administrador, e os retirantes organizados em turmas lideradas por um dentre eles. A prática desse tipo de divisão da cidade, ou de parte dela, era também bastante comum em momentos de epidemias, ou quando elas pareciam iminentes, conforme as informações presentes nos relatórios dos inspetores de saúde pública e dos presidentes da Província do Ceará durante a segunda metade do século XIX. A primeira iniciativa adotada nesse sentido, desde o começo da migração para Fortaleza devido à seca iniciada em 1877, foi ordenada pelo então presidente da Província, Caetano Estellita Cavalcante, e resultou no estabelecimento de cinco distritos, assim descritos por ele no relatório publicado pelo jornal A Constituição:

Para melhor direção do serviço e distribuição dos socorros devidos aos emigrantes, que aqui estão permanecendo, separei-os em cinco distritos:

O 1º distrito, no lugar Meireles, a cargo do Dr. Theberge, com uma população de 4.480, representando 747 famílias em 128 barracas feitos[sic] em madeira e palha, estando outras famílias recolhidas em casinhas particulares.

O 2º distrito está confiado à direção do alferes Joaquim Nogueira de Holanda Lima e compreende os abarracamentos do Pajeú, Alto da Pimenta, S. Luiz, Estrada de Mecejana e do Major Thomas, e bairro do Livramento, o qual se acha dividido em dois denominados Pajeú e Alto da Pimenta, sendo êste confiado à direção do capitão Raimundo Serafim dos Anjos Jathay.

Todos êstes abarracamentos contêm uma população de 14.129 emigrantes, habitando palhoças que se acham construídas.

O 3º distrito, com uma população arrolada de 15.700 almas foi necessário dividi-lo em dois, denominados abarracamentos de S. Sebastião e Calçamento. O 1º a cargo do capitão Antonio dos Santos Neves, e o 2º confiado Dr. Meton da Franca Alencar.

O 4º distrito é dirigido pelo farmacêutico João Francisco Sampaio e demora nos lugares Tijubana e Morro do Moinho, com uma população de 8.046.

O 5º distrito está confiado ao tenente Felipe de Araújo Sampaio e denomina-se Lagoa Seca, o qual contém 116 famílias de indigentes com 576 pessoas. (A Constituição, 10.01.1878. Apud CAMARA, 1970:122)

Examinando a composição do 2º e do 3º distrito, vemos que eles eram formados por vários abarracamentos. O segundo, chama a atenção especialmente porque comportava além de três abarracamentos, ainda duas estradas e um bairro, resultando daí provavelmente o fato de tanto esse quanto o terceiro distrito apresentarem-se tão populosos em relação aos demais.

³ A utilização do termo “distrito”, que se deu de forma crescente no último terço do século XIX, aponta para o intuito de conversão da cidade em objeto técnico-burocrático, pois era esse o termo cada vez mais requisitado pelas instâncias fiscais e policiais de administração para a organização e divisão da cidade. (LIRA, 2001:198)

Essa situação evidencia como deveria ser difícil para os administradores desses locais o controle sobre um número tão avultado de indivíduos disseminados por todos esses lugares. Esses dois distritos eram ainda os que se localizavam mais próximos ao centro da Cidade, e por isso também eram constantemente problematizados pelos administradores urbanos, e pela imprensa. Tanto que em seu relatório à Assembléia Legislativa em novembro de 1879, o então presidente da Província José Júlio critica a divisão desses lugares, feita por seus antecessores. Segundo ele, nessa divisão os distritos não tiveram suas circunscrições determinadas, nem sistema algum havia sido estabelecido para os alojamentos, sendo alguns deles compostos apenas de uma série de palhoças distanciadas por apenas alguns metros, situadas dentro da Capital, e havendo por toda parte centenas de palhoças esparsas, incorporadas aos distritos conforme a proximidade.

Os problemas e a precariedade apontados sugerem que essas delimitações haviam se mostrado ineficazes, negando na prática a efetivação da idéia de isolar os retirantes nesses locais, caracterizando de forma concreta mais uma mistura entre os espaços dos abarracamentos e os demais locais da Cidade, do que a separação que se queria impor. Atento para os limites dessas primeiras tentativas de delimitar um território para os imigrantes, separado do espaço habitado pela população de Fortaleza, o presidente José Júlio tentou reformular essa divisão, estabelecendo certas mudanças como o desmembramento de alguns distritos, e a criação de outros, na tentativa de obter melhores resultados em relação ao controle sobre os retirantes. Assim, foi elaborada uma nova delimitação para os abarracamentos, reorganizados então em treze distritos com as seguintes alterações: o segundo distrito foi dividido em três, o S. Luiz, o Pajeú, e o Alto do Pimenta; o quarto distrito, por sua vez, foi dividido em dois, um chamado Tijubana, e outro denominado Alto do Moinho. Foram ainda criados mais cinco outros distritos, a saber: o da Boa-esperança; o do Benfica ou Estrada de Pacatuba; o da Jacarecanga; o da Via-ferrea; e o dos Engenheiros.

Contudo, os problemas relacionados aos limites e composição desses distritos não acabaram, mesmo após as reformulações elaboradas pelo novo administrador da Província, sendo então novamente reclamada a necessidade de modificações nessa divisão, conforme podemos examinar a partir desse ofício do comissário do 3º distrito, Pajeú, ao presidente da Província em março de 1878.

Na qualidade de commissario distribuidor de soccorros do 3º districto desta Capital, venho ante V.Ex.^a representar a urgente necessidade de ser este dito districto devidido[sic] ou modificado – Creando-se um outro districto no logar denominado Livramento, afim de, por este meio, se poder acodir[sic] de prompto aos necessitados, e estabelecer-se ali a ordem, que sem esta medida se torna impossivel.

Contra o principio observado por todos os commissarios, e o verdadeiro a seguir-se, as pessoas incumbidas do arrolamento dos indigentes deste districto, têm alistado centenas de emigrantes em outros districtos domiciliados, e por onde são socorridos, d'onde resulta contar-se hoje muito mais de trez mil indigentes alistados neste só districto, muitos dos quaes recebem ração por duas ou mais partes. (...)

Em taes condições venho lembrar e encarecer a V.Ex.^a a medida acima, tanto mais por serem, em grande parte, aquelles indigentes moradores no Livramento e ruas vizinhas, devendo este novo districto limitar-se da estrada do Major Thomaz Lourenço ao calçamento exclusivamente, e por este acima até a 1^a travessa depois da praça do Visconde de Pelotas, podendo affluir para elle os indigentes que se achão abarracados no centro da cidade, e limitando-se o alistamento para soccorro, deste 3^o districto, aos indigentes que tiverem nelle residencia, como se pratica em todos os mais districtos desta cidade.

A urgência da requisição é justificada, segundo o commissário, pela impossibilidade de se estabelecer alguma ordem sobre um número tão elevado de retirantes como o que existia naquela região. Outro problema também apontado diz respeito ao fato de muitos indivíduos alistados naquele abarracamento residirem em outros distritos, recebendo socorros também nesses lugares. O que evidencia os limites da estratégia de controle sobre os retirantes, fundamentada no reconhecimento e classificação de todos eles, orientada sob o princípio de organização no qual se baseava a realização dos chamados arrolamentos. A ineficácia dessa prática, porém, revela uma das formas encontradas pelos retirantes para tirar o maior proveito possível dos serviços oferecidos nos diversos abarracamentos, contrariando assim o desejo das autoridades de instituir um ordenamento para a distribuição dos socorros nesses locais. A tática utilizada pelos retirantes parece fazer parte das formas encontradas por eles de driblarem os mecanismos da disciplina, improvisando algumas maneiras de agir que formavam a contrapartida, do lado deles, em relação aos processos que procuravam organizar o espaço urbano. Porquanto, segundo Certeau,

A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizadora, barulhenta e espetacular, corresponde “outra” produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas “maneiras de empregar” os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 2007:39)

Nesse sentido, a utilização que os retirantes faziam do espaço urbano, procurando alistar-se em diversos locais da Cidade, se apresenta marcada pelas maneiras encontradas por eles de jogarem com o espaço, adaptando suas práticas de acordo com a situação no intuito de se beneficiarem dela de todas as formas possíveis. Conforme afirma Certeau (2007), essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Desse modo, o consumo, ou o

uso, que se faz do espaço não se apresenta de forma passiva. Antes, é representado também como uma construção na qual estão implicadas seleções, deturpações, cálculos e escolhas. Nesse sentido, o espaço passa a ser pensado a partir da noção de posição. O que significa, segundo Albuquerque (2005), considerá-lo sempre como estando investido de uma estratégia, da tomada de um posicionamento, da ocupação de um lugar de onde se busca alcançar um objetivo, provocar um efeito, mirar um alvo. O espaço torna-se então uma colocação provisória. Configurado como um arranjo, uma disposição de elementos que podem ser alterados sempre que objetivos outros se impuserem, como uma geografia circunstancial, marcada pela situação.

Tendo em vista os problemas ainda existentes em Fortaleza no que diz respeito às tentativas de isolar os retirantes, controlando sua circulação pela urbe, o presidente da Província Dr. José Júlio procurou estabelecer uma nova estratégia de configuração para os abarracamentos a partir de maio de 1878. Assim, foram sendo implementadas algumas medidas como a ampliação de determinados alojamentos, assim como a transferência e o afastamento de outros que se localizavam próximos à região central da cidade. Outras formas encontradas pelo governo para tentar fazer valer o isolamento foram: a proibição da mendicância pelas ruas da Capital, como forma de obrigar os indigentes que quisessem receber socorros a se alistarem nos abarracamentos; e, concomitante a isso, o estabelecimento de cozinhas nos alojamentos para o fornecimento da comida já pronta aos retirantes em detrimento da distribuição feita em forma de dinheiro ou “rações”, que lhes proporcionavam uma maior autonomia em relação aos alojamentos. Além disso, foi determinada ainda, durante a epidemia de varíola que ocorreu na capital nos últimos meses de 1878, a colocação de guardas para vigiar as principais ruas da cidade no intuito de evitar o contato dos retirantes com as áreas centrais da urbe.

Todas essas estratégias de vigilância foram somadas à fiscalização constante efetuada pelo conjunto administrativo dos distritos composto por: administradores de abarracamentos, comissários alistadores, comissários distribuidores, guardas, chefes de turmas, enfim toda uma combinação de elementos que se julgava suficiente para isolar os retirantes nos abarracamentos, dos quais eles só deveriam sair quando fossem conduzidos ao trabalho, ou quando tivessem que transportar algum doente para o lazareto, ou um morto ao cemitério.

Todavia, algumas dessas medidas apresentaram limites quanto a sua efetivação. Dentre elas a dissolução de alguns distritos situados na área central da Cidade, assim como a transferência de seus ocupantes para outros abarracamentos localizados em regiões mais

distantes do centro. A tentativa de aplicação dessa medida não representou de fato a desocupação dessas áreas, mesmo após serem tais distritos declarados extintos pelo governo. A continuidade da existência de famílias habitando a região onde antes havia o extinto abarracamento do Pajeú foi motivo do encaminhamento de um ofício do comissário do 5º distrito, Alto do Pimenta, ao presidente José Júlio, em que fala da situação do grande número de famílias que se achavam sem receber socorros do governo por habitar ainda a região do Pajeú e de S. Luis.

A estrada de Mecejana era que servia de limites entre este 5º Distrito e o do Pagehú, de modo que os moradores do lado do nascente do calçamento pertenciam ao distrito do Pagehú, e os do lado do poente pertenciam ao 5º Distrito; mas hoje, com a extinção daquele distrito, eu de combinação com o commissario geral e com o consenso previo de V.Ex.^a adjungi ao 5º distrito uma zona de pouco mais ou menos um hectometro paralela à dita estrada, onde foram alistadas todas as familias indigentes ali moradoras em numero de mais de 800 familias, que tem sido regularmente socorridas por mim, como todas as do distrito a meu cargo. É verdade que alem dessa zona, e em todo o distrito do Pagehú, e de S. Luis há muita gente morrendo de fome e a mingoa; mas eu não posso e nem devo estender até lá os recursos que me são confiados, por que praticando assim seria de alguma sorte oppôr-me indiretamente às ordens de V.Ex.^a, uma vez que foi por V.Ex.^a determinada a mudança do povo daquelles abarracamentos. A prova dos soffrimentos daquele povo é a entrada diaria de dezenas de familias vindas no mais lastimoso estado para este abarracamento a meu cargo!

Conforme as ordens do governo da Província, com a extinção do distrito do Pajeú as pessoas deveriam ser encaminhadas para o abarracamento da Lagoa Seca, distante algumas léguas do centro da capital. Porém, essa não parece ter sido a prática mais comum entre a população daquele local, tendo em vista a menção feita pelo comissário do 5º distrito à existência de muita gente padecendo a míngua em todo o território do Pajeú e S. Luis, e ainda quanto ao fato dessas famílias irem procurar abrigo não na Lagoa Seca, mas tentar o alistamento no abarracamento do Alto do Pimenta, que se localizava ao lado do extinto distrito, e portanto bem próximo ao centro da cidade. Essa situação evidencia que os retirantes construíam outras possibilidades de ocupar o espaço, não necessariamente de acordo com as orientações da administração da Província, mas segundo seus próprios interesses.

Além disso, a permanência de pessoas ocupando a área mesmo depois da extinção do distrito do Pajeú parece indicar ainda que além dos imigrantes vindos de várias regiões do Ceará ou de outras províncias, também habitavam aquele local, famílias que já residiam em Fortaleza, antes mesmo do início do período de seca, e que ao se sentirem empobrecidas alistavam-se nos abarracamentos para receber os socorros do governo, porém com a extinção deles dificilmente deixavam suas habitações para irem residir em outros distritos de

A própria existência de várias famílias habitando as mesmas localidades em que se achavam os abarracamentos, e ainda o uso que as pessoas faziam desses locais, alistando-se nos abarracamentos próximos às suas residências ora para conseguir trabalho, ora para ter acesso aos socorros do governo, indica em si as tramas que interligavam esses espaços à Cidade. As práticas adotadas pelos imigrantes e pela população pobre da capital revelam, no cotidiano, as porosidades das fronteiras entre os espaços, contrariando assim a existência das barreiras que se tentava construir entre esses locais. O espaço apresenta-se, então, em toda sua mobilidade e infixidez, pois passa a ser definido pelas relações também móveis que se estabelecem entre os sujeitos. Conforme analisa Albuquerque (2005), o espaço deixa de ser localização para ser relação, pertencimento a uma trama, elemento que participa dos diversos afrontamentos e acontecimentos que se dão no social.

Portanto, ao considerar a importância dessas práticas damos especial significado a desconstrução da idéia de que existiria um espaço central – A Cidade – passível de ser delimitada e que deveria ser preservada, e um espaço ao redor – os abarracamentos, os subúrbios – que não fariam parte dela e que deveriam ser isolados de qualquer comunicação com a urbe. Essa desconstrução baseia-se na idéia de que o espaço é o lugar praticado (CERTEAU, 2007:202), e que as práticas interligam os espaços, assim a movimentação constante de retirantes e pobres urbanos na Cidade e no subúrbio representa de fato a ligação efetuada entre esses lugares. Portanto, as tentativas dos administradores urbanos de controlar a circulação dos indigentes, através da criação de distritos, da vigilância, da extinção de abarracamentos, das transferências de famílias de um local a outro, tudo isso não foi capaz de impedir de todo o contato entre os retirantes, os pobres urbanos e os demais moradores da Capital.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Zonas de encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços. In: **I Colóquio História e Espaços**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2005. Disponível em: <<<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/academico/artigos.htm>>>

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Fatos e documentos do Ceará Provincial**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1970.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 13ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LIRA, J. T. C. de. Freguesias morais e geometria do espaço urbano. In.: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.